

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.700.328 - SP (2017/0244748-1)

**RELATOR** : MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
**RECORRENTE** : AGUASSANTA PROPRIEDADES S.A  
**ADVOGADOS** : ANA FLÁVIA CHRISTOFOLETTI DE TOLEDO - SP228976  
LUIZ FERNANDO SACHET E OUTRO(S) - SC018429  
ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO - SP196655  
ADALBERTO DA SILVA BRAGA NETO - SP227151  
GISELA CRISTINA FAGGION BARBIERI TORREZAN - SP279975  
**RECORRIDO** : MUNICÍPIO DE PIRACICABA  
**PROCURADOR** : ANDRÉA PÁDUA DE PAULA BELARMINO E OUTRO(S) - SP241843

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Aguassanta Propriedades S.A.**, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, com pedido de atribuição de efeito suspensivo (art. 1.029, § 5º, III, do CPC/2015), contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 141):

*Agravo de Instrumento. E xecução Fiscal. IPTU e Taxas do exercício de 2012. Decisão que aceitou o endosso da apólice de seguro garantia para viabilizar a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa. Pretensão à reforma, sob o argumento de que o endosso apresentado não contempla o acréscimo de 30% (trinta por cento) da legislação processual e que a garantia é indevidamente limitada no tempo. Acolhimento. Inteligência do art. 1º da LEF. Aplicação subsidiária do CPC. Lei 13.043/2014 que, ao acrescentar o seguro garantia ao rol de garantias expressamente admitidas pela LEF, não afastou tácita ou expressamente a previsão contida no parágrafo único do art. 848 do CPC/2015, norma vigente quando prolatada a r. decisão recorrida, ou a necessidade de prazo indeterminado para a garantia. Decisão reformada. Recurso provido.*

A parte recorrente aponta violação aos arts. 9º, II, § 3º, 15, da Lei 6.830/80; e 805 do CPC/2015; bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta, em resumo, que: (I) "*no âmbito das cobranças fiscais, a exigência de 30% (trinta por cento) para Seguro Garantia não possui qualquer amparo na Legislação Especial e regulamentar*" (fl. 167), sendo ainda certo que da leitura do "*artigo 848, parágrafo único, do*

# *Superior Tribunal de Justiça*

CPC/2015 - art. 656, § 2º, do CPC/1973) é possível verificar que ele trata exclusivamente de substituição da penhora, nada dispondo quando se trata de oferta originária de garantia" (fls. 168/169); e (II) "No que se refere ao prazo de validade do seguro judicial, é importante ressaltar que a emissão de uma apólice de seguro garantia apenas é possível se contiver prazo determinado, conforme dispõe a Circular da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP nº 477/13" (fl. 174), argumentando ainda que, "tendo em vista que a apólice em debate possui vigência de 03 anos (do dia 18/08/2015 ao dia 18/08/2018), bem como consta expressamente a obrigação de renovar o seguro garantia em até 60 dias antes do fim da vigência, sob pena da seguradora ser obrigada a pagar o débito fiscal, verifica-se claramente que a aceitação do seguro em garantia da dívida não acarretará qualquer risco ou lesão a PREFEITURA" (fl. 176).

Às fls. 252/263, a ora recorrente atravessa petição pugnando pela concessão de tutela provisória de urgência "para que sejam suspensos os efeitos do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, até o julgamento definitivo do presente recurso, com a consequente antecipação de tutela recursal para fins de suspensão de qualquer ato expropriatório à Recorrente" (fl. 262). Notícia que foi deferido na origem pedido do exequente de bloqueio BACENJUD, donde exsurge o perigo da demora a lastrear o pleito cautelar. Reprisa as razões de especial apelo, a título da fumaça do bom direito, e esclarece que, "No caso em apreço, a Apólice de Seguro Garantia nº 54- 0775-23-0126977 foi emitida com prazo de vigência de 3 (três) anos [...] O fim da vigência da apólice se deu em 18/08/2018, contudo, antes mesmo do fim do prazo, em 22/05/2018, a Recorrente apresentou endosso ao seguro a fim de atualizar a validade da garantia que passou a ter vigência até o dia 18/08/2021" (fl. 259).

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

O Tribunal *a quo* assim deliberou ao solucionar a contenda (fls. 143/148):

*A partir da edição da Lei n. 11.382/2006 foram promovidas alterações profundas no Código de Processo Civil/1973, com vistas a assegurar o direito do credor e tornar o trâmite executivo mais célere, as quais também devem ser aplicadas ao processo de execução fiscal. Dentre tais inovações, cite-se o disposto no art. 847 do CPC/2015, que trata da menor onerosidade ao devedor.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Em decorrência, "a mudança de paradigma na execução civil impõe ao aplicador do Direito a análise do executivo fiscal com novo enfoque, sob pena de viabilizar ao particular instrumento de cobrança mais poderoso que o conferido à Fazenda, subvertendo a lógica e a ratio da existência de uma lei específica para o credor público" (STJ, Ministro Herman Benjamin, REsp n. 783.160/SP, 2ª Turma, DJe de 23/10/2008).*

*Ou seja, na execução fiscal, a previsão de menor onerosidade ao devedor tem aplicação mitigada, pois deve se ter mente, em primeiro lugar, a proteção ao erário, diante da supremacia do interesse público sobre o privado.*

*A Lei n. 13.043/2014, por sua vez, acrescentou o seguro garantia ao rol de garantias expressamente admitidas pela LEF, sem que tenha havido qualquer referência à regra prevista no art. 656 do CPC/1973 e art. 848 do CPC/2015.*

*Contudo, deve se observar que o art. 1º da LEF assim prevê:*

*[...]*

*Destarte, é de se concluir que, se quisesse o legislador dar ao devedor fiscal tratamento mais benéfico do que aquele previsto no CPC (de aplicação subsidiária expressamente prevista no art. 1º da LEF), contrariando toda a lógica de proteção ao erário de que trata a referida lei, assim o teria expressamente feito.*

*Há que observar, ademais, que na execução fiscal o executado é citado para pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na CDA, ou garantir a execução (art. 8º da LEF) preferencialmente em dinheiro (art. 9º da LEF), o que, no caso, não foi obedecida em razão de pretensão unilateral de se beneficiar da regra do art. 805 do CPC/2015, desincumbindo-se do ônus de prova do meio menos gravoso.*

*Na consideração de que o processo executivo se realiza no interesse do credor (art. 797 do CPC/2015), tem este o direito de recusar o bem ofertado que não atenda com segurança a sua finalidade.*

*Nesse sentido, embora tratando da fiança bancária, não destoam a fundamentação constante do voto de relatoria do Ministro Massami Uyeda, no julgamento do Recurso Especial n. 1.090.864/RS, cujo excerto se transcreve a seguir:*

*[...]*

*Conveniente trazer à baila o entendimento que se extrai do julgamento do AI 2182136-09.2015.8.26.0000, julgado pela 18ª Câmara de Direito Público em 08/10/2015:*

*[...]*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Como se percebe, no referido julgamento, esta 18ª Câmara também considerou aplicável às execuções fiscais o acréscimo de 30% de que trata atualmente o parágrafo único do art. 848 do CPC/2015.*

*Não se desconhece a decisão do STJ nos autos AgRg na Medida Cautelar n. 24.283/RJ. Porém, por se tratar de decisão temporária e não exauriente e que, portanto, pode ser alterada ao final do julgamento a ser realizado por aquele Órgão Superior, já que proferida em análise perfunctória do caso, não há que se falar, ao menos por ora, em existência de precedente em que a aplicação do art. 656, § 2º, do CPC/1973 tenha sido afastada.*

*Até porque não se mostra plausível esta exigência tão somente em caso de substituição de penhora, porque também na hipótese de nomeação originária, ambas têm por objetivo a segura garantia da execução (art. 9º, II, da LEF).*

*No que se refere ao prazo de vigência da apólice, conforme o entendimento deste tribunal faz-se necessária a indeterminação do prazo ou o condicionamento de que o mesmo esteja vinculado ao término do processo em comento que, como se sabe, pode tornar a garantia precária caso não ocorra a sua renovação. A tese de que a não renovação caracteriza o sinistro não se revela condizente com a apólice de p. 19/33 e 38/51, até porque tudo passará a depender do entendimento da própria seguradora Pottencial sobre a ocorrência.*

*Ressalte-se que já havia entendimento no Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a carta de fiança bancária com prazo de validade determinado não se presta à garantia da execução fiscal, diante do risco de inexistência de efeitos práticos à penhora oferecida, o que se aplica perfeitamente, por analogia, ao seguro-garantia (REsp 1022281/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 12/08/2008, DJe 27/08/2008).*

*Por fim, quanto a menção à Portaria n. 164/2014, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, ressalto que tais portarias ou instruções administrativas não vinculam as decisões judiciais pautadas na lei especial aplicável ao caso dos autos, além do que, referido ato normativo aplicar-se-ia apenas aos créditos da União, representados pela PGFN, não abrangendo a esfera municipal.*

Ao que se tem, a Corte local entendeu legítima a recusa do ente municipal ao seguro-garantia ofertado à penhora nos embargos à execução, ancorando-se nos seguintes alicerces: (i) "na execução fiscal o executado é citado para pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na CDA, ou garantir a execução (art. 8º

# Superior Tribunal de Justiça

da LEF) preferencialmente em dinheiro (art. 9º da LEF), o que, no caso, não foi obedecida em razão de pretensão unilateral de se beneficiar da regra do art. 805 do CPC/2015, desincumbindo-se do ônus de prova do meio menos gravoso"; (ii) "esta 18ª Câmara também considerou aplicável às execuções fiscais o acréscimo de 30% de que trata atualmente o parágrafo único do art. 848 do CPC/2015 [...] não se mostra plausível esta exigência tão somente em caso de substituição de penhora, porque também na hipótese de nomeação originária, ambas têm por objetivo a segura garantia da execução (art. 9º, II, da LEF)"; e (iii) "No que se refere ao prazo de vigência da apólice, conforme o entendimento deste tribunal faz-se necessária a indeterminação do prazo ou o condicionamento de que o mesmo esteja vinculado ao término do processo em comento que, como se sabe, pode tornar a garantia precária caso não ocorra a sua renovação".

Pois bem.

Da simples confrontação entre as razões recursais resumidas no relatório e os fundamentos esposados pela Corte de origem, ao entender pela legitimidade da recusa do ente fazendário ao bem ofertado em garantia da execução fiscal, extrai-se que a parte recorrente deixou de refutar o fundamento descrito no item (i).

Tem-se, pois, que a insurgência recursal esbarra no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Acresça-se, por pertinente, que a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem de que a parte executada desobedeceu à ordem legal de penhora "em razão de pretensão unilateral de se beneficiar da regra do art. 805 do CPC/2015, desincumbindo-se do ônus de prova do meio menos gravoso", demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial. Prejudicado o

# *Superior Tribunal de Justiça*

exame da tutela provisória de urgência.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

